nuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.

Decreto n.º 15:009

Atendendo ao que foi representado pelo governador civil de Leiria quanto à criação das freguesias administrativas da Boa Vista e Santa Eufémia;

Considerando que com a criação destas duas freguesias do concelho e distrito de Leiria se satisfaz a vontade dos povos e se atendem as suas comodidades;

Considerando finalmente que tanto as freguesias criadas como aquelas de que são desanexadas ficam a satisfazer as condições legais;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São criadas duas freguesias no concelho e distrito de Leiria: freguesia da Boa Vista e freguesia de Santa Eufémia, com a área e povoações constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1.º A freguesia da Boa Vista, com sede na povoação do mesmo nome, é limitada por uma linha seguindo pelo ribeiro dos Mortórios até a sua confluência e deste ponto vá ao Marco do Abegão, passando ao sul do Alqueidão, seguindo depois por este do Janardo, e daí ao cruzamento do caminho e daqui em direcção ao ponto trigonométrico a leste das Figueiras, e tomando deste ponto para o ribeiro dos Mortórios, englobando as povoações da Boa Vista, Machados, Alqueidão e Fonte do Oleiro.

§ 2.º A freguesia de Santa Eufémia, com sede na povoação do mesmo nome, abrangerá as povoações de Quintas, Andrinhos, Quintas do Sirol, Figueira do Outeiro, Begieira, Caxieira, Casal da Ladeira, Apariços, Vale do Garcia, Ferreiros, Souto da Caranguejeira, Casal do Capitão e Lapedo, tendo por limites: a oeste, a estrada n.º 63 que liga Leiria com Pombal, até o Marco do Abegão; a norte uma linha que, do Marco do Abegão ligue com o açude da Pedra no ribeiro dos Mortórios, passando a sul do Alqueidão e do açude da Pedra, seguindo o ribeiro que corre entre a Fonte do Oleiro e a Figueira do Outeiro até o extremo da actual freguesia de Pousos; a leste, a linha que segue o antigo limite da freguesia de Pousos até o Carrapital e daqui até a Cabeça do Barro e Cruz do Melo; e a sul, pela linha de água que, saindo da Cruz do Melo, vai ao ribeiro do Sirol, seguindo daqui em diante o mesmo ribeiro do Sirol.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor, ficando revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 7 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.

Decreto n.º 15:010

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem decretar, de harmonia com o disposto no artigo 25.º da lei n.º 15, de 7 de Julho de 1913, e com o parecer favorável da Comissão Venatória Regional do Centro, que o encerramento da caça indigena (coelho, lebre e perdiz) no concelho de Aveiro tenha lugar no dia 31 do corrente mês.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Janeiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas.

Direcção dos Hospitais Cívicos de Lisboa

Decreto n.º 15:011

Tendo sido punidos por despacho do Ministro do Interior de 18 de Janeiro os empregados dos Hospitais Cívicos de Lisboa implicados nos factos anormais ocorridos na sede da Direcção Geral dos mesmos Hospitais em 19 de Maio de 1919;

Considerando porém que o pessoal hospitalar por ocasião da reabertura, em 29 de Janeiro, da enfermaria de Santa Ana, n.º 2, do Hospital Estefânia, de que é director o Dr. Augusto Cândido Leite Lobo Alves, director geral dos Hospitais na época em que se deram os aludidos acontecimentos, entregou naquele acto ao referido facultativo uma mensagem significando-lhe a alta consideração em que era tido e em que pedia o esquecimento do passado, frisando que com a injusta manifestação de desgosto de que fôra alvo nada sofrera a sua honrabilidade pessoal e profissional de médico distinto e funcionário prestigioso, mas que a sua eclosão deveria ser apenas atribuída ao sectarismo político que então desvairava o espirito dos manifestantes;

Considerando que o aludido facultativo, aceitando a inesperada mensagem, solicitou a intervenção do enfermeiro-mor dos Hospitais, que se encontrava presente, no sentido de que mal algum sucedesse aos empregados implicados nos acontecimentos de 19 de Maio de 1919, visto não desejar nem o seu prejuizo nem o das suas famílias, uma vez que ficasse iniludivelmente consignado que os arguidos tinham cometido um acto pelo qual mereciam castigo;

Atendendo à representação entregue pelo enfermeiro-mor dos Hospitais Cívicos de Lisboa ao Ministro do Interior, solicitando a concessão de uma amnistia a todos os empregados delinquentes, solenizando assim a data de 31 de Janeiro;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte: Artigo único. São amnistiados das penalidades que lhes foram applicadas por despacho do Ministro do Interior de 18 de Janeiro deste ano os empregados dos Hospitais Cívicos de Lisboa que estavam incursos no processo disciplinar instaurado por motivo dos acontecimentos anormais ocorridos na sede da Direcção Geral dos mesmos Hospitais em 19 de Maio de 1919.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da

República, em 1 de Fevereiro de 1928.—**ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA**—*José Vicente de Freitas*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Agnelo Portela*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa*—*Artur Ivens Ferraz*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.^a Repartição (Cultos)

Portaria n.º 5:202

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, sejam entregues em uso e administração à corporação encarregada do culto católico na freguesia de Loivo, concelho de Vila Nova de Corveira, distrito de Viana do Castelo, os edificios da igreja paroquial da referida freguesia e das capelas da Senhora da Pena, de Santa Maria Madalena e do Senhor dos Esquecidos, com todas as suas dependências, móveis, paramentos, alfaias, vasos sagrados e imagens, um cruzeiro de pedra lavrada e o edificio da residência paroquial, com o seu quinteiro e quintal anexo, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911; devendo a entrega ser efectuada pelas entidades em cujo poder, guarda ou administração os bens se encontram actualmente, com intervenção do administrador do concelho, observando-se o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se compromete a ocorrer às despesas anuais com a guarda, conservação e reparação e seguro, em nome do Estado, dos bens que agora recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos no prazo de três meses, contados da data deste diploma, cópia da apólice de seguro, segundo a avaliação feita por acôrdo entre a corporação cultural, a Junta de Freguesia e Câmara Municipal, às quais cumpre, em virtude da lei, a vigilância dos bens affectos ao culto.

Esta entrega caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas nos § 2.º do artigo 11.º e artigo 13.º do citado decreto n.º 11:887 ou se a corporação cultural deixar de apresentar a mencionada apólice de seguro no prazo marcado.

Paços do Governo da República, 4 de Fevereiro de 1928.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.^a Repartição

Decreto n.º 15:012

Atendendo aos beneficios que a Associação de Socorros Mútuos Carlos José Barreiros, dos bombeiros muni-

cipais de Lisboa, presta aos seus sócios, socorrendo-os na doença e garantindo pensões, embora modestas, às viúvas dos bombeiros falecidos;

Considerando que a deminuta importância das suas cotas não permitiria a tão prestante associação a realização de tais objectivos se não fossem os legados de algumas pessoas caritativas que, conhecendo os valiosos serviços prestados pelos bombeiros e sabendo como a sua tarefa lhes faz perigar e encurtar a vida, a têm querido auxiliar com êsses legados;

Considerando ainda que a uma associação em tais condições de benemerência não devem ser dificultados os seus fins, e antes e por parte do Estado estes lhe devem ser facilitados dentro do possível;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Associação de Socorros Mútuos Carlos José Barreiros, dos bombeiros municipais de Lisboa, com sede nesta cidade, é dispensada do pagamento da contribuição de registo por título gratuito relativa ao legado de 4.000\$ que lhe foi deixado por D. Emília Sofia Midosi, falecida em Abril do ano próximo passado, e para fins de beneficência da mesma associação.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 10 de Fevereiro de 1928.—**ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA**—*José Vicente de Freitas*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Agnelo Portela*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa*—*Artur Ivens Ferraz*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Direcção Geral das Alfândegas

1.^a Repartição

1.^a Secção

Decreto n.º 15:013

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Às companhias e artistas de canto, de música, de declamação, de bailados, de variedades e de circo que vierem exercer o seu mester no continente da República e ilhas adjacentes só será concedido o despacho nos termos do n.º 9.º do artigo 75.º dos preliminares das pautas, do material scénico e de trabalho artistico que trouxerem, quando satisfaçam o disposto no artigo seguinte.

Art. 2.º O material scénico e de trabalho artistico, incluindo o guarda roupa (vestuário antigo e da época), a que se refere o artigo 1.º dêste decreto deverá ser descrito em relações em duplicado, devidamente assinadas,